



3

Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais do território: uma relação possível

Collaborative digital maps and (new) social representations of territory: a possible relationship

José Carlos Ribeiro¹
Leonardo Branco Lima²

RESUMO A projeção cartográfica de um território por dispositivos presentes na internet está inserida em um contexto de transformação nas formas de representação gráfica do espaço. Dispositivos como o google maps representam a base capaz de desenvolver e sustentar um mapeamento colaborativo, o que, por sua vez, potencializa novas práticas associativas e novas representações sociais do espaço geográfico. Ao possibilitar a inserção de registros personalizados de roteiros, temas variados e lugares de preferências - bem como a postagem de textos, vídeos, fotografias e áudios - o modelo de mapa colaborativo potencializa a renovação da imagem-ideia dos territórios. Nesta perspectiva é que discutimos a interseção entre mapeamento colaborativo na internet e representações sociais do território.

PALAVRAS-CHAVE Mapas colaborativos; território; cartografia; representações sociais; google maps

ABSTRACT The cartographic projection of a territory, constructed by internet devices, is inserted in a context of transformation graphic representation of space. Devices like Google Maps represent a basis capable of developing and sustaining a collaborative mapping. Such mapping amplifies new associative practices and social representations of geographic space. Allowing the insertion of customized records of roadmaps, variable themes and preferred places - as well as text, video, photo and audio posting - the collaborative map model enhances the renovation of the idea-image of territories. In this perspective, we discuss the intersection between internet collaborative mapping and social representations of territory.

KEYWORDS Mexican Revolution; motion pictures; literature.

1 Professor dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (UFBA) e em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Coordenador do GITS - Grupo de Pesquisa em Interações, Tecnologias Digitais e Sociedade (UFBA/CNPQ) e participante do GPC - Grupo de Pesquisa em Cibercidades (UFBA/CNPQ). Email: jose.ribeiro@ufba.br

2 Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Participante do GPC - Grupo de Pesquisa em Cibercidades (UFBA/CNPQ). Email: lbrancolima@gmail.com



Introdução

Temos presenciado recentemente um conjunto de experiências singular no que diz respeito às práticas e às maneiras dos sujeitos contemporâneos vivenciarem os seus territórios, os seus espaços de referências geográficas. Tal configuração, ao que parece, apresenta-se intimamente relacionada às mudanças mais amplas derivadas da gradativa implementação e adoção das tecnologias digitais em várias esferas da vida cotidiana. Desde as atividades mais simples, como efetuar registros (*check-ins*) de posicionamentos momentâneos através do uso de aplicativos marcadores de localização geográfica (*Foursquare, Gowalla, Facebook Places*³, por exemplo) até aquelas que exigem um grau de complexidade mais acentuado, como o uso de sistemas de posicionamento/navegação global - GPS (*Global Positioning System*), o que percebemos é um acentuado uso de dispositivos que visam alargar a relação e a vivência com os espaços, sejam elas moldadas a partir de bases colaborativas ou não. Dentre essas experiências, uma delas nos chama particularmente a atenção: as relações do usuário com os esquemas representativos de dimensões territoriais e de localizações espaciais em formato de mapas, efetivadas através do uso de instrumentos que viabilizam a inserção de registros personalizados que, junto com demais registros - também personalizados - de outros usuários, criam um repositório dinâmico e multimidiático de informações distribuídas e compartilhadas de forma espontânea. Tais instrumentos/dispositivos propiciadores destas experiências são chamados de maneira geral como “mapas colaborativos” (PARASKEVOPOULOU et al., 2008) ou “mapas inteligentes” (SHEPARD, 2011).

Considerando que os mapas expressam uma

determinada forma histórica de se relacionar com o espaço geográfico, uma questão se faz presente: estariam os mapas colaborativos digitais propiciando a emergência de novas representações sociais dos territórios? Visando discutir este aspecto, é que pretendemos, neste artigo, estabelecer uma comparação entre a leitura de território, comumente presente em uma cartografia clássica, não colaborativa, e outra possível de se verificar, baseada em práticas compartilhadas. Iremos abordar, de um lado, o mapeamento oficial como um sistema não colaborativo de produção de mapas, no qual a projeção gráfica do espaço geográfico, a escolha e a divulgação dos conteúdos a serem cartografados cabe apenas a especialistas, detentores de um saber técnico; e do outro, a cartografia do mapeamento colaborativo, efetuada e disponibilizada em meio digital na internet, que dispõe de mecanismos que permitem uma personalização dos conteúdos, seja em termos de elaboração de formatos visuais particulares ou no sentido da possibilidade real de inserção de elementos informacionais como textos, vídeos, sons e fotografias.

Esse artigo é parte de um esforço que procura entender como os mapas, enquanto instrumentos de circulação de informações enquadrados na lógica das representações sociais, vêm se transformando, a partir do uso e da apropriação dos modelos eletrônicos, em sistemas abertos e colaborativos de projeção do espaço geográfico. Desta forma, a questão central visa discutir uma possível mudança nos esquemas representacionais dos territórios que estaria a ocorrer a partir do desenvolvimento de tais modelos presentes na internet.

Território e cartografia: breves palavras

O termo território, visto do ponto de vista etimológico, tem sua origem no latim, mais precisamente no termo *territorium* que deriva

3 <<http://www.foursquare.com>>, <<http://www.gowalla.com>> e <<http://www.facebook.com/places>>



do vocábulo terra. Atualmente, nos estudos que tratam da questão territorial, a palavra território vem sendo vinculada à palavra terror, isto é, sendo associada ao terror de Estado (HAESBAERT, 2004). Um provável entendimento dessa genealogia nos remete às políticas de Estado que têm comumente no monopólio da violência o instrumento de fixação de fronteiras e implantação de leis que mediam o convívio social. Nesta associação entre território e terror é possível constatar o predomínio de um forte componente político, seja pela presença do poder do estado ou por uma apropriação desigual dos territórios, pelos diferentes grupos sociais que dele participam.

Na geografia, o território foi primeiro explicado por Friedrich Ratzel, que o considerou como uma expressão do Estado, ou seja, uma combinação moral e legal do povo e do solo, a partir da sociedade. Nesta perspectiva, a territorialidade estaria acoplada a uma identidade singular de um povo e de uma nação (GALVÃO et al., 2009). No entanto, essa visão é contestada pelo geógrafo francês Claude Raffestin (1993), que discorda da idéia de que toda forma de poder advém do Estado. O autor defende o poder como multidimensional incluindo as práticas sociais cotidianas; desse modo o território é formado pelas relações de poder e a territorialidade é compreendida como o produto dessas relações.

Na visão de Milton Santos (2006), o território é o resultado de um processo histórico onde o natural é indissociável das ações humanas. Assim, a configuração territorial é constituída pela soma dos sistemas naturais existentes e pelas adições que os homens estabelecem nesses sistemas. Nesta abordagem, o território tem sua existência material própria, contudo sua existência real somente é possível pela presença das relações sociais que lhe garantem sentido (SANTOS, 2006). Na mesma linha argumentativa, uma breve distinção entre lugar e

território é realizada por Fábio Duarte (2002), todavia sem estabelecer relações hierárquicas entre estas categorias de análise de fenômenos espaciais. De acordo com o autor, o lugar está vinculado a uma parcela do espaço que seja capaz de produzir significados individuais ou coletivos, já o território tem a marca do espaço institucionalizado com suas normas que regulam os acessos e as práticas sociais.

Quanto à projeção gráfica do território, em termos de cartografia moderna – aqui entendida pela lente iluminista do século XVIII que acreditava em um mundo organizado por cronômetros e mapas (HARVEY, 2002) –, a técnica da perspectiva desenvolveu uma grande influência na elaboração e na confecção dos mapas. Esta técnica foi em um primeiro momento empregada pelas artes plásticas, com a pintura em perspectiva antecipando um movimento de transformação na relação dos indivíduos com o espaço (WERTHEIM, 2001). Esta cartografia, ancorada conceitualmente e empiricamente no perspectivismo, viabilizou um modo de projeção gráfica que dissocia o território, a ser representado, do leitor/usuário que busca informações detalhadas e precisas sobre determinada localização. Logo, o território a ser projetado por esse modelo de mapa não necessita de um conteúdo expressamente vivido ou de qualquer experiência relacional mais profunda com o espaço geográfico para ser cartografado.

A cartografia, predominantemente apresentada em meio impresso, está inserida no contexto da revolução científica que se desenvolveu no período moderno da história ocidental, em que a matemática aliada a um determinado estatuto científico foi capaz de legitimá-la como uma ciência destinada à representação do espaço geográfico. A racionalização e a objetivação do espaço geográfico, baseadas em grandezas físicas



e dimensões precisas nas elaborações dos mapas, vão ter com o desenvolvimento da cartografia a possibilidade de representar qualquer lugar do globo terrestre (SANTOS, 2002). A expansão do capitalismo no século XV e as grandes navegações direcionaram a cartografia para o sentido da precisão topográfica, já que se constituía em uma necessidade os detalhamentos físico e geográfico das novas terras a serem exploradas. Deste modo, a cartografia impressa foi a forma mais difundida de mapeamento dos territórios; por meio dela construímos uma imagem de mundo pautada pela precisão topográfica, pela objetividade nas informações do espaço geográfico e pela idéia de uma identidade-unidade territorial (JOLY, 2007).

Contudo, para além do conteúdo objetivo e funcional da cartografia, os mapas são a forma visível que expressa uma determinada maneira de relacionamento dos indivíduos com os territórios. Nesse sentido, os mapas deixam de assumir um caráter puramente instrumental e adquirem a possibilidade de uma leitura mais semântica dos seus conteúdos. Assim, a cartografia se apresenta como um código ou um espelho das formas de como uma sociedade se relaciona com o espaço geográfico. A partir desses argumentos, os mapas podem ser vistos como uma *mídia*, no sentido amplo de meio ou via de representação de uma informação, e como decorrência de uma análise que não reduz a cartografia ao seu caráter instrumental, mas que também não subtrai a sua importância na invenção de um mundo antes desconhecido (SHORT, 2003).

O mapa como instrumento de representação social do território

As representações sociais, enquanto sistemas de referências que nos permitem dar uma interpretação àquilo que percebemos (JODELET, 2001), produzem sentido para as relações entre os indivíduos, dando

significado para as mediações sociais. De acordo com essa perspectiva, a imagem-ideia de mundo é emergente das ações humanas no meio social. Assim, o compartilhamento de representações sociais é constituído pelos grupos humanos na dinâmica da vida social e não como resultado de ações individuais. A vida social, partindo dessa premissa, tem seu significado no conjunto de representações sociais que os indivíduos internalizam e usam nas suas práticas sociais (MOSCOVICI, 2007).

O território, compreendido como lastro efetivo das trocas interacionais, está inserido de forma constante no processo de constituição das representações sociais, uma vez que fornece elementos (tanto em suas dimensões simbólicas quanto materiais) que vão servir de base para as significações e ressignificações da realidade vivenciada. Na medida em que os mapas podem ser entendidos como códigos ou até mesmo espelhos das formas de como uma sociedade (composta de seus indivíduos participantes) em determinado momento histórico produz, consome e circula informações acerca dos lugares, torna-se evidente a necessidade de reflexão acerca de como esses registros repercutem na configuração da dinâmica social, conforme aponta David Harvey (2002).

Assim, de acordo com o autor,

Se as experiências espaciais e temporais são veículos primários da codificação e reprodução de relações sociais (como sugere Bourdieu), uma mudança no modo de representação daquelas quase certamente gera algum tipo de modificação nestas. Esse princípio ajuda a explicar o apoio que os mapas da Inglaterra renascentista deram ao individualismo, ao nacionalismo e a democracia parlamentar em detrimento dos privilégios dinásticos (HARVEY, 2002, p. 225).



Em consonância com esta ideia, os mapas podem ser vistos como instrumentos de organização de experiências e de representação social do espaço geográfico, possibilitando a expressão das práticas sociais que se dão no e a partir do território. Os mapas, assim, propagam mensagens produzidas e compartilhadas socialmente, além de referenciadas em relações objetivas e simbólicas com o espaço geográfico.

Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais

Uma das marcas da cartografia tradicional, aqui entendida como a representação gráfica dominante do espaço geográfico e feita por especialistas que dominam a técnica cartográfica, é a falta de

dispositivos que permitam uma personalização dos mapas, seja em termos de sua elaboração ou no sentido do seu uso e da sua apropriação (ver figura 1). Isto é perfeitamente compatível com um modelo de projeção do espaço que destinava seus conteúdos para um grande público consumidor de informações, não cabendo às pessoas comuns (não especialistas) estabelecerem um contra-fluxo de informações e uma relação mais próxima e intensa com aqueles mapas confeccionados a partir desse modelo. Desta maneira, os mapas impressos configuraram-se como uma *mídia* massiva que destinava mensagens a uma coletividade (receptores), que não tinha como se utilizar dos mesmos instrumentos para emitir impressões e conteúdos acerca das mensagens, das imagens, das representações e da ideologia difundida (NOVA, 2004).

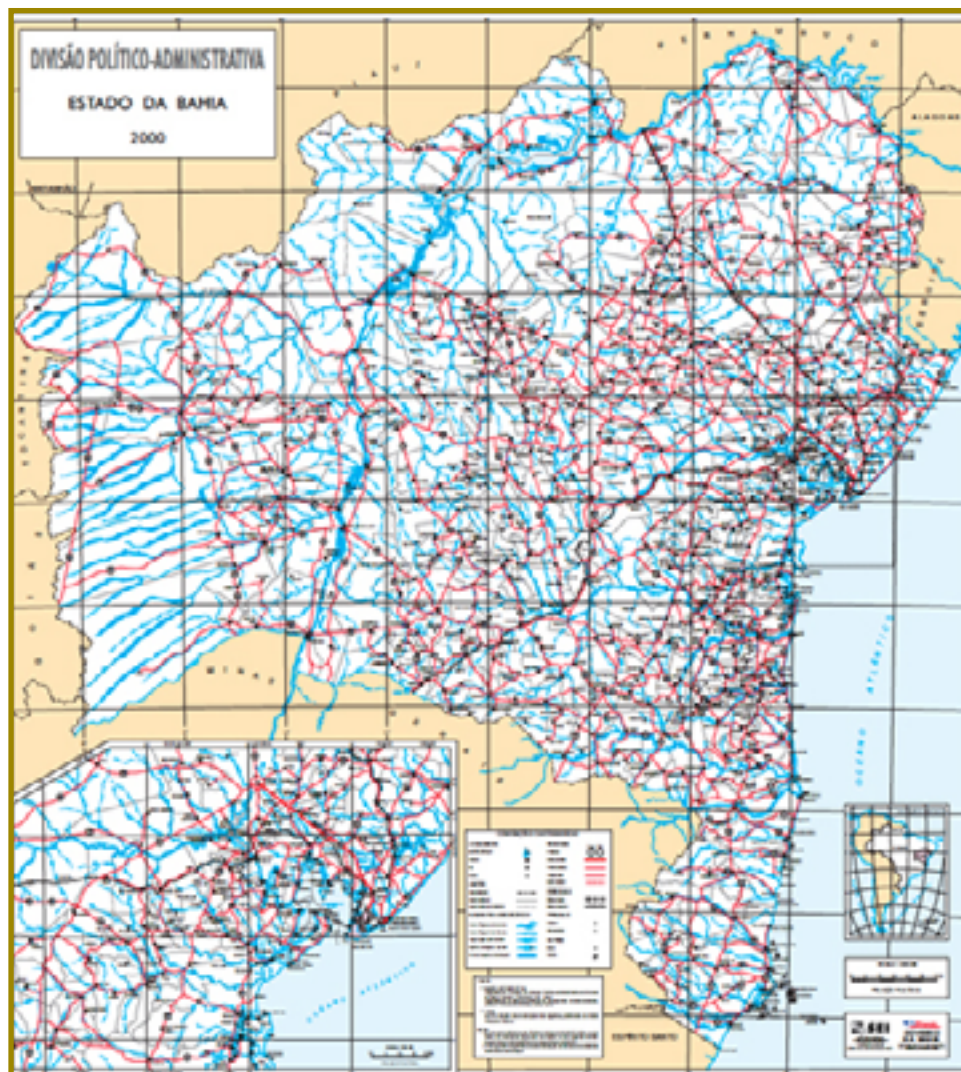


Figura 1- Mapa oficial do estado da Bahia. Nesse exemplo de mapa tradicional cabe apenas aos cartógrafos o planejamento, o levantamento de dados e a elaboração. Não há abertura para inserção de conteúdos por leigos. Fonte: Disponível em: www.sei.ba.gov.br/



Essa maneira tradicional e não colaborativa de fazer mapas tem cruzamentos e relações com as concepções e interesses das realidades econômica, política e cultural dominantes. Os mapas temáticos não colaborativos continuam sendo uma fonte de dados sobre os recursos naturais a serem explorados em uma dada região, principalmente para aqueles que trabalham com informações sobre o solo, a hidrografia, a vegetação e a geologia. Na esfera econômica, essa cartografia oficial se constitui em uma via de acesso a informações que permite uma exploração econômica dos territórios mapeados. No sentido político, os mesmos mapas também se afirmam como a representação gráfica da unidade jurídico-política do Estado, demarcando os limites físicos da aplicação de um conjunto de leis e normas de conduta. Contudo, mesmo o território pressupondo a busca pelo controle de uma determinada parcela do espaço, tal aspecto não qualifica o Estado como o único agente capaz de constituir fronteiras a partir da cartografia, uma vez que, na perspectiva das relações multidimensionais de forças sociais, não é uma exclusividade deste o

exercício do poder (FIRMINO, 2011).

Já em termos de formação de uma unidade cultural, costuma-se fazer dos mapas um símbolo nacional, parte de um projeto de identidade nacional, em que esta modalidade de representação de um país é tão importante quanto à bandeira e o hino, quando se postula uma unidade territorial e cultural de um Estado-nação.

Os mapas construídos a partir da ideia de colaboração, por sua vez, também possuem conteúdos de ordens econômica, política e cultural. Contudo, diferente do sentido que esses elementos adquirem no mapeamento não colaborativo, a dimensão econômica é centrada em seu *valor de uso*, isto é, na possibilidade de micro-apropriações, nas quais a utilização do mapa como mediação entre os indivíduos e o território é a questão substancial. Aqui o valor está no uso e na apropriação de um dispositivo que se coloca como um elo entre o indivíduo e a materialidade do território e não apenas na exploração econômica do mesmo, como se faz comumente no mapa clássico (ver figura 2).

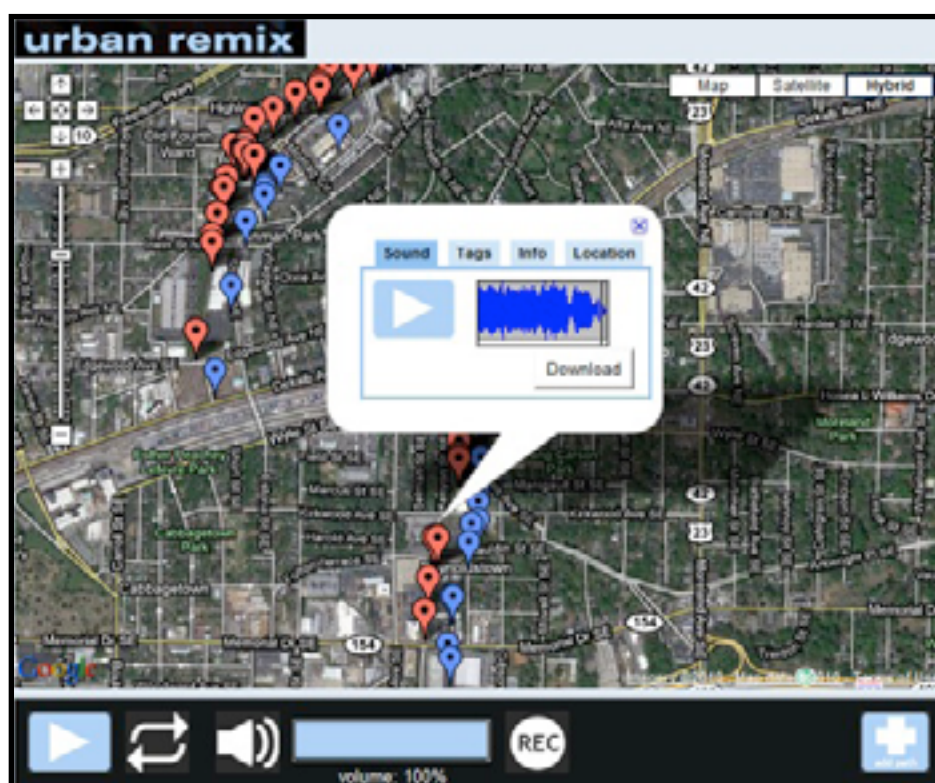


Figura 2- Mapa Urban Remix. Este é um exemplo de mapa colaborativo que permite a inserção de áudios. No caso acima, os sons foram gravados e postados sobre a cidade de Atlanta nos Estados Unidos. Fonte: Disponível em: <http://urbanremix.gatech.edu:8080/urbanremix-webapp/>



Em termos políticos, nos mapas colaborativos não é central a ideia de unidade territorial federativa como nos mapas tradicionais, pois aqui o que interessa são as escalas do território vivido e experimentado, ou seja, a escala do bairro, da rua em que se mora, dos roteiros de deslocamentos que se faz diariamente ou esporadicamente, da localização dos amigos, dos lugares de convívio como o espaço do trabalho, da escola, da praia que se frequenta, das casas dos amigos, dentre outras escalas do território efetivamente vivenciado.

No que diz respeito à dimensão cultural, os mapas colaborativos não estão necessariamente a serviço de um projeto de nação e não representam um símbolo de unidade cultural e territorial, presente nos termos em que se constitui o mapa tradicional. Nos colaborativos, o que interessa é a relação dos indivíduos com o lugar representado, pois é a partir dessa relação de pertencimento que os indivíduos podem produzir sentidos, ou seja, na escala do espaço vivido e não na escala de uma unidade territorial federativa que represente um Estado.

Abordando os mapas colaborativos pelo viés da comunicação, verificamos que esses dispositivos apresentam características e funções pós-massivas (LEMOS, 2007), uma vez que se estabelecem a partir da produção e do consumo de conteúdos informacionais descentralizados e personalizados em seus domínios. Esses mapas são construídos coletivamente pela alimentação de conteúdos por parte de seus colaboradores/usuários. Chamamos de práticas pós-massivas, nos mapas colaborativos, a personalização e a descentralização dos fluxos de informação a partir da inserção e da produção de textos, vídeos e fotografias que se remetem ao tema mapeado, bem como de anotações pessoais associadas a determinados locais, onde a possibilidade de qualquer pessoa produzir e consumir conteúdos seja uma realidade efetiva.

Com isto, os mapas podem ser vistos como uma *mídia*, haja vista sua característica primordial de via representativa de informações. Tratando-os desta maneira, constatamos que aqueles assentados no modelo do mapeamento não colaborativo, não proporcionam grandes possibilidades de estabelecimento de relações mais efetivas e abertas com o espaço geográfico, pois são feitos por poucos e através de técnicas estritamente objetivas que não priorizam os aspectos vivenciais, subjetivos, derivados de uma experiência direta com os espaços, mas sim uma perspectiva ancorada na leitura racional e instrumentalizada, e portanto, distanciada dos espaços vivenciados. Desta maneira, podemos afirmar que os mapas tradicionais configuram-se como uma mídia, marcada por funções massivas, que produz e destina seus conteúdos de forma unilateral para uma massa de consumidores de informações.

Por outro lado, com o surgimento de dispositivos digitais de projeção do espaço geográfico no ambiente da internet (*google maps, google earth*⁴), percebemos uma possibilidade de transformações na relação dos indivíduos com os espaços projetados, uma vez que essa abertura, que denominamos de mapeamento colaborativo, permite que qualquer pessoa com acesso aos dispositivos possa construir um mapa, personalizando e divulgando seu conteúdo na internet, transformando-se em agente ativo do processo, como um produtor de informação. Nesse sentido, ao permitirem a inserção de vídeos, fotografias e comentários, tais dispositivos de projeção possibilitam a emergência de processos e vínculos mais próximos com os lugares e conseqüentemente uma maior possibilidade de produção de significados e de elementos constituintes de novas representações sociais.

4 <<http://maps.google.com/>> e <<http://www.google.com/intl/pt-PT/earth/index.html>>



Essas novas relações sociais com o espaço, mediadas por novas tecnologias, vão ampliar as possibilidades de reconfigurações subjetivas dos lugares, do convívio social e das imagens de mundo que compartilhamos, ampliando a construção de novas camadas de territorialidade. Portanto, são as potencialidades abertas pelos mapas colaborativos na forma de se relacionar com o espaço geográfico que nos fazem inferir sobre uma provável reconfiguração das representações sociais geradas a partir de uma vivência e percepção particular destes territórios reproduzidos.

Tal mapeamento colaborativo, ao mediar uma relação com o espaço e ao permitir a adição de uma nova camada de conteúdos informacionais na sua plataforma, possibilita - além do desenvolvimento de um sistema com fluxo de informações descentralizadas e personalizadas -, a emergência de uma espacialidade marcada pela experimentação do espaço, em detrimento de uma espacialidade contemplativa, presente na cartografia clássica. Nesse sentido, o valor dos mapas colaborativos se evidencia na potencialidade de uma projeção mais aberta e mais fluida dos lugares, abrindo caminho para uma espacialidade mais relacional, onde os indivíduos tendem a construir maiores laços de pertencimento com os ambientes territoriais. Vale ressaltar que esta característica se mostra significativamente diferenciada daquela proposta pela cartografia oficial (não colaborativa), a qual apresenta os lugares como algo imanente, ou seja, como uma verdade revelada e extraída por métodos científicos, objetivos e racionais que a legitimam para tanto, cabendo pouco sentido aos aspectos de uma espacialidade desenvolvida por experiências vividas.

Conclusão

Neste artigo, adotamos a premissa de que a

realidade é sempre percebida e apropriada como produto de uma atmosfera social e cultural, onde cada um de nós se encontra envolvido por palavras, ideias e imagens que nos aproximam e nos dão sentido ao mundo que nos cerca; ou seja, percebida como produto de uma construção coletiva e não como uma materialidade *em si*, desconectada das esferas do imaginário e do mundo simbólico. Seguindo esta linha interpretativa, argumentamos que não há circulação de informações que não seja influenciada direta ou indiretamente por representações oriundas de articulações entre objetos, pessoas e ideias presentes em determinados contextos (MOSCOVICI, 2007). Os mapas, enquanto instrumentos que exercem a função de mediadores de informações associadas a determinados espaços e localizações geográficas, se configuram, desta forma, em elementos intervenientes importantes na construção de representações sociais, uma vez que revelam aspectos e características particulares de um determinado contexto, assim como ajudam na organização das experiências no curso da vida diária.

Em latim, a palavra mapa se refere a uma pequena toalha, ou algum tipo de folha, em que é projetada a localização dos terrenos, ou dos acidentes geográficos (MACHADO, 2007). Todavia, como apontamos ao longo do texto, os recentes processos de comunicação eletrônica transformaram o que era apenas um suporte físico para temas geográficos em um objeto que expressa uma determinada forma de produzir informações sobre os territórios. Com o surgimento de dispositivos digitais de projeção do espaço geográfico na internet, é possível pensar o mapa como uma “*mídia* aberta” a qualquer tipo de informação que tenha os lugares como referência. Tais dispositivos permitem que indivíduos, ou grupo de pessoas, não iniciados na cartografia, possam produzir informações que atendam às suas



necessidades, curiosidades e expectativas acerca dos lugares.

Esses novos fluxos de comunicação com os lugares, mediados por mapas colaborativos, dilatam as possibilidades de produção de sentidos e adicionam novas camadas de informações aos territórios. Tais mapas expressam, assim, uma forma diferente de estabelecer comunicação e de compartilhar uma imagem-ideia dos ambientes experienciados em suas dimensões materiais e simbólicas. Nesse sentido, é que indicamos que eles fornecem insumos significativos para a construção e para a vivência de novas representações sociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Fábio. Crise das matrizes espaciais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FIRMINO, Rodrigo. Território e materialidade: Wikileaks e o controle do espaço informacional. 2011. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneapostcom/article/view/5091/3880>. Acesso em: 6 de novembro de 2011.

GALVÃO, Ana; FRANÇA, Francieli; BRAGA, Luis. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (Orgs). Leituras do conceito de território e de processos espaciais. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 2002.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In JODELET, Denise (Org.). As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOLY, Fernando. A Cartografia. Campinas: Papirus, 2007.

LEMOS, André. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/matrizes/img/01/Media1AndreLemos.pdf>. Acesso em: 8 de setembro de 2011.

MACHADO, Nilson J. Notas sobre a ideia de mapa. 2007. Disponível em: http://www.educared.org/educa/img_conteudo/file/CV_132/2007-03.pdf. Acesso em 8 de setembro de 2011.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2007.

NOVA, Nicolas. Locative Media: A literature review. In Craft Research Report_2, fevereiro de 2004. Disponível em <http://test.waag.org/mobstuff/docs/>



CRAFT_report2. pdf. Acesso em 8 de setembro de 2011.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

PARASKEVOPOULOU, Olga.; CHARITOS, Dimitris; RIZOPOULOS, Charalampos. Práticas artísticas basadas en la localización que desafían la noción tradicional de cartografía. In *Artnoes*, nº 8, dezembro de 2008. Disponível em <http://artnodes.uoc.edu/ojs/index.php/artnodes/issue/view/75>. Acesso em 8 de setembro de 2011.

SANTOS, Douglas. A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SHEPARD, Mark. *Sencient City. Ubiquitous computing, architecture, and the future of urban space*. New York: The Architectural League/MIT Press, 2011.

SHORT, John. *The World Through Maps: A History of Cartography*. Toronto: Firefly Books, 2003.

WERTHEIM, Margaret. *Uma história do espaço: de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais do território: uma relação possível.

José Carlos Santos Ribeiro,
Leonardo Branco Lima

Data do Envio: 14 de setembro de 2011.

Data do aceite: 04 de novembro de 2011.

